

Ocupa UNB: um balanço dos efeitos do movimento de ocupações da UNB em 2016

Resumo: Este artigo pretende fazer um balanço dos efeitos movimento de ocupações da Universidade de Brasília em 2016, valendo-se epistemologicamente da experiência vivida, nos termos de Patrícia Hill Collins, e metodologicamente da compreensão participativa, definida por Harry Collins. Como marco teórico, utilizou-se a diferenciação entre efeitos da participação política e efeitos e resultados de movimentos sociais. Analisou-se efeitos políticos, como a conquista de demandas na universidade, efeitos organizativos ao movimento estudantil e efeitos culturais. Um destes últimos foi aprofundado, a criação de uma Ciência Política da organização popular, alternativa à Ciência Política acadêmica.

Abstract: *This article pretends to do an evaluation of the effect of the movement of occupation in the University of Brasília in 2016, using the epistemology of the living experience, according to Patrice Hill Collins, and the methodology of comprehensive participation, defined by Harry Collins. As the theoretical framework, the difference between the effects of political participation and effects and results of social movements is applied. Political effects were analyzed, like the achievements of demands of the university, organizational effects of the student movement and the cultural effects. At the end, a deeper analysis is done regarding the last political effect, which is, the creation of the political science of the popular organization as an alternative to the mainstream political science.*

Introdução

O ano de 2015 foi marcado pelo desencadear de um processo de mobilização política dos estudantes secundaristas, batizado como Primavera Secundarista. A partir de novembro daquele ano, secundaristas de diversos estados e regiões do Brasil se insurgiram contra o sucateamento da educação pública por meio da ocupação de suas próprias escolas, reinventando o espaço escolar através de ações autogestionadas.

As ocupações secundaristas se iniciaram em São Paulo após o governo de Geraldo Alckmin elaborar um projeto de reorganização escolar cujo objetivo era transformar escolas de dois ciclos (ensino médio e fundamental) em unidades de ciclo único (ÉPOCA, 2017). Após cerca de 60 dias e mais de 200 colégios ocupados, o governo paulista recuou no projeto de reorganização. Em Goiás, a resistência dos secundaristas se impôs ao programa do governo estadual de privatização do ensino público por meio de Organizações Sociais (OS). No Rio de Janeiro, as ocupações ocorreram devido à suspensão do aumento dos professores.

Essa efervescência política se expandiu, já em 2016, em resposta à medida provisória de reforma do ensino médio (MP 756)¹ e à proposta de emenda à Constituição que estabelece um teto para os gastos estatais (PEC 214/55), nomeada por Henrique Meirelles como Novo Regime Fiscal². Essas medidas catalisaram a mobilização política secundarista ao ponto de conquistarmos mais de 1000 escolares ocupadas em todos o país.

Essa mobilização passou a ter a participação da comunidade universitária a partir do momento em que os futuros recursos destinados às instituições de ensino superior e aos programas de pesquisa pas-

saram a ser ameaçados pela restrição orçamentária promovida pela consequente aprovação do Novo Regime Fiscal. Com a intensificação do processo, conforme as ocupações de universidades, reitorias e departamento se ampliavam, o movimento estudantil se colocou como o principal agente da resistência combativa contra os retrocessos advogados pelo governo de Michel Temer.

Com base nesse panorama, esse trabalho se divide em quatro partes: primeiramente, apresentamos a epistemologia e metodologia utilizadas, respectivamente, de Patrícia Hill Collins (1948) sobre a experiência vivida e de Harry Collins (1943) acerca da compreensão participativa; em segundo lugar, realizamos um balanço sobre a ocupação da Universidade de Brasília (Ocupa UnB), analisando seus empecilhos e seus avanços ao longo da luta travada; e em terceiro, analisamos um de seus legados no que diz respeito à produção de conhecimento, que é a crítica ao conteúdo e a forma pela qual esta se dá na área de Ciência Política. Ao fim, apresentamos a Ciência Política popular criada no seio das ocupações.

Epistemologia, metodologia e marco teórico de análise

Para análise de um balanço do movimento de ocupações da UnB e de um de seus efeitos – a criação de uma Ciência Política popular – nos baseamos na epistemologia feminista negra da experiência vivida de Patrícia Hill Collins (1948) e na metodologia de compreensão participativa de Harry Collins (1943). O ponto comum entre as duas reside no espaço para o envolvimento direto do(a) pesquisador(a) para com o objeto de análise enquanto forma de dar objetividade científica, que é um procedimento metodológico

Gustavo Henrique Serafim França

Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Contato:

gustavohserafim@gmail.com

João Pedro Vazquez

Graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Contato:

jp vazquez@hotmail.com

Palavras-chaves:

Movimentos Sociais. Movimento Estudantil. Ocupações. Efeitos. Ciência Política.

Keywords:

Social Movements; Students Movements; Occupations; Effects; Political Science.

¹ A Reforma do Ensino Médio já vinha sendo maturada durante o governo Dilma, a partir de uma estratégia empresarial difundida, principalmente, através de empresas de consultoria de gestão (PASSA PALAVRA, 19/10/2016) que visava realizar uma reestruturação produtiva na escola, na qual a participação ativa de estudantes passa a ser valorizada na sua transformação em mão-de-obra (PASSA PALAVRA, 22/11/2016).

² Henrique Meirelles ocupa o cargo de Ministro da Fazenda, e possui estreitos laços com o mercado financeiro. O Novo Regime Fiscal é uma medida constitucional que impõe o congelamento dos gastos primários estatais, em termos reais, sendo esses somente atualizados de acordo com a inflação do ano anterior. Para mais, ver Vazquez (2017, no prelo, já foi publicado?)

importante neste caso, uma vez que os autores deste artigo participaram ativamente das ocupações da UnB.

Patrícia Hill Collins (2002) apresenta uma epistemologia feminista negra calcada na sociabilidade existente entre mulheres negras. Definindo epistemologia como o processo de validação da produção de conhecimento e de suas questões, a autora caracteriza essa epistemologia pela relevância da experiência vivida, pelo diálogo cooperativo como forma de chegar à verdade, por uma ética do cuidado (na qual as emoções e a singularidade dos sujeitos têm importância para dar credibilidade àquilo que se fala e ser responsivo ao contexto sobre o qual se fala). Opõe-se à epistemologia branca, marcada por um positivismo que separa o objeto do pesquisador (a), exclui emoções e se pauta em debates adversariais. Em suma, trata-se da experiência vivida das pessoas, em geral, e de nossa experiência específica no movimento de ocupação da UnB em 2016, em particular.

Os dois autores deste artigo são homens brancos de classe média alta e isso certamente reflete em algumas limitações analíticas derivadas de como nossa socialização foi marcada e dos ambientes onde não acessávamos na ocupação, como espaços exclusivos de mulheres e pessoas negras. Apesar disso, como a própria Collins (2002) escreve, é possível a aliança de grupos oprimidos com brancos que se posicionem contra as instituições hegemônicas controladas por homens brancos. Assim, a epistemologia levantada pela autora pode ser utilizada por outros grupos e foi utilizada por nós neste trabalho, que teve como base a experiência vivida dentro das ocupações.

Metodologicamente, utilizamos da compreensão participativa, elaborada por Harry Collins (1984). Esta consiste num tipo de observação participante que maximiza a interação objeto-pesquisador para que o (a) pesquisador (a) chegue ao ponto de internalizar os valores e o meio de vida, ganhando uma competência nativa, isto é, o conhecimento dos valores necessários para a interação nesse local estudado. Nossa participação cotidiana no movimento de ocupações da UnB nos permitiu – ainda que com as limitações elencadas acima – captar a competência nativa, uma vez que esta era inclusive condição para nossa agência nessa forma de ação coletiva.

A literatura sobre participação política destaca uma série de efeitos possíveis em relação a tal participação. Com foco nas Instituições Participativas (IPs)³, Lavalle (2011) nos sugere diferenciar o valor em si do valor atribuído aos seus efeitos – valor instrumental (isto é, sua instrumentalidade a determinados fins). No primeiro, a participação ganha seu valor pela produção de autodeterminação e inclusão. Já no segundo, o valor da utilidade tem três ordens: os efeitos psicológicos e socializadores, da participação como escola de cidadania; efeitos intencionais, dentro dos quais estão inseridos os efeitos distributivos, como por exemplo a eficiência e a racionalização de políticas públicas; e efeitos não-intencionais, como externalidades positivas, a exemplo da produção de capital social⁴ (PUTNAM, 1994) que fortaleceria o bom governo e a sociedade civil (LAVALLE, 2011).

De maneira mais direcionada aos movimentos sociais, em recente texto sobre como analisar os impac-

tos destes nas políticas públicas, Albuquerque, Carlos e Dowbor (2016) revisaram brevemente a literatura que trata dos efeitos esperados dessa e nessa forma de ação coletiva. De um lado, haveriam os efeitos intra-movimentos, os quais dizem respeito às consequências sobre as vidas de ativistas, aos movimentos específicos (como um reforço à sua identidade coletiva) ou ao campo geral de movimentos sociais (com o incremento organizativo, a criação de contra-movimentos ou aumento de influência). De outro lado, existem os efeitos extra-movimentos, passíveis de subdivisão em políticos – sobre políticas públicas, instituições políticas específicas ou regimes políticos como um todo – e culturais – tocantes a quadros interpretativos ou mudanças nos códigos e práticas culturais.

No balanço da Ocupa UnB, analisamos alguns dos valores instrumentais, como seus efeitos intra-movimento, na organização do movimento estudantil e de trabalhadores (as) da educação; os efeitos extra-movimentos de ordem política ou efeitos distributivos, nas conquistas do movimento de ocupações; e efeitos intra-movimento de ordem cultural, sobre a formação política de estudantes. Em seguida, analisamos com mais detalhes um de seus efeitos extra-movimentos de ordem cultural ou mais próximo de seus efeitos psicológicos e socializadores: a criação de uma Ciência Política da organização popular.

Balanço da Ocupa UnB

O embrião do movimento de ocupação da Universidade de Brasília surgiu em meados de outubro de 2016. Nesse período, alunos de diversos cursos, diferentes organizações e ideologias se juntaram no que veio a se chamar Comitê da UnB contra a PEC 241/55. Naquele cenário, foram realizadas reuniões com o intuito de organizar a comunidade universitária diante da eminente ameaça de aprovação da medida constitucional que restringe os gastos estatais.

Ainda que de maneira secundária, o projeto denominado “Escola Sem Partido”⁵ também foi incluído na agenda de resistências. Sobretudo nos cursos cuja prática profissional é lecionar, alguns eventos começaram a agitar internamente contra a medida. Circulando com vários projetos de lei estaduais e, a nível federal, com o PL 867/2015, o projeto prevê “deveres” dos (as) professores (as) a serem colados em salas de aula, dentre os quais consta vedação à “propaganda político-partidária” e respeito à “educação familiar”, pelo princípio de “neutralidade do Estado” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017). Tais fatos eram interpretados por professoras (es) e estudantes como a face repressiva dentro da educação como contrapartida do corte de verbas.

Com o desenrolar da conjuntura política, um número maior de estudantes passou a reconhecer a gravidade da medida e a oposição à tal política cresceu. Uma assembleia geral estudantil foi marcada para debater a questão no final de outubro. A essa altura, várias outras universidades federais já estavam ocupando seus campi. Utilizando o conceito de ciclo de mobilização ou ciclo de protesto, segundo o qual em seu ápice os repertórios de confronto⁶ (TAR-

3 São exemplos de Instituições Participativas os conselhos gestores de políticas públicas e as conferências de políticas públicas. Em sua ampla diversidade, têm em comum a participação direta da sociedade civil.

4 Entendido como bem coletivo, subproduto da participação orientada a determinados propósitos coletivos particulares.

5 Projeto que visa restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensão ideia de neutralidade do conhecimento (CARTA CAPITAL, 2016). Para mais, ver dossiê do site *Marxismo 21* (2016).

6 Inicialmente formulada por Charles Tilly (1995), o conceito entendido como meras “maneiras” de agir com interesses compartilhados passou a ser definido por Tarrow, de forma mais complexa, enquanto rotinas mais ou menos escolhidas pelos movimentos sociais, influenciados pelas suas tradições culturais, abrangendo o que “sabem sobre como fazer” e a respectiva expectativa do que farão. Ele dispõe de uma dimensão cultural e estrutural, de forma que mudanças estruturais no Estado, como as guerras e a cobrança de impostos acarretaram mudanças nos repertórios utilizados (TARROW, 2009[1981], p. 51). No Brasil adaptou-se o ao nosso contexto, marcado pela interação e cooperação de movimentos sociais com o Estado principalmente durante os anos dos governos petistas a nível federal. Sendo assim, este conceito foi ampliado para abarcar dinâmicas cooperativas, não meramente conflituosas, como sugere o conceito de “repertório de confronto” (ABERS; VON BULOW, 2011; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

ROW, 2009) utilizados se difundem dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados – pois os custos da interrupção estão menores – podemos dizer que estávamos quase na crista da mobilização, ou seja, momento em que os custos de interrupção eram mais baixos e a propensão à mobilização era mais alta.

Com um comparecimento numérico histórico, a assembleia foi capaz de reunir cerca de 1400 estudantes e referendou que se ocupasse a reitoria contra a PEC 241/55, a Reforma do Ensino Médio e o projeto “Escola Sem Partido”. A administração da universidade, encabeçada pelo reitor Ivan Camargo, pouco agiu e se manifestou a respeito da PEC, fato que indignava a maior parte dos estudantes comprometidos(as) com a resistência à aprovação da medida.

A ocupação, então, se iniciou com a reitoria cuja assembleia delineou como seria a organização interna e a divisão das tarefas em comissões daquela ocupação: comissão de segurança (entrada e saída de alunos/as da ocupação, vigia noturna, recepção da imprensa), comissão de comunicação (administração do Facebook e do Twitter da Ocupa UnB, resposta à imprensa e rádio Ocupa UnB) comissão de articulação (mobilização das ocupações, negociações com a administração universitária e diálogo com os sindicatos, advogados populares e secundaristas), comissão cultural (realização de festas, oficinas, encontros, aulas demais eventos) e comissão de estrutura. (inventário da reitoria e manutenção do espaço físico).

O desenvolvimento da Ocupa UnB foi marcado pela disseminação de ocupações por blocos de aulas e departamentos entre diferentes campi. Esse processo floresceu o problema de organicidade na Ocupa UnB, significando que o movimento sofreu com dificuldades no desenvolvimento de uma articulação de suas atividades e ações dentro da ocupação da reitoria, em particular, e entre as ocupações, em geral, devido à ausência de uma metodologia que conferisse coesão ao movimento de ocupação.

Apesar desse fato, um conjunto de reivindicações principais foram tiradas na primeira assembleia geral de ocupações da UnB. Foi-se delimitado a exigência do aumento progressivo das bolsas e auxílios da assistência estudantil de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o reconhecimento e institucionalização do Quilombo – Diretório Acadêmico Negro e não criminalização do movimento de ocupação e seus participantes.

O problema de organicidade também afligiu a atuação política dentro da Ocupa UnB. Por um lado, havia uma descentralização formal, em que nenhuma ocupação liderava as demais, possibilitando espaço para a manifestação e o desenvolvimento das ocupações de acordo com suas especificidades. Por outro lado, havia a impressão de existir uma centralização informal na ocupação da reitoria, que por vezes teve seus membros atuando em momentos políticos fundamentais da Ocupa UnB sem a companhia de representantes de outras ocupações, sem contar o papel fundamental cumprido pela comissão de comunicação, sediada na reitoria.

O problema de organicidade envolveu o comparecimento às reuniões entre as ocupações e o fluxo de informações entre elas. As reuniões dependiam do comparecimento de representações de todas as ocu-

pações, tanto para compor a elaboração das estratégias políticas a serem tomadas quanto para fazer repasses de suas respectivas ocupações, o que não se concretizava com frequência. Assim sendo, gerou-se o problema da assimetria de informações, que tinham dificuldades de serem circuladas, com exceção de alguns grupos de comissão mais articulados como a comunicação e a segurança.

Esse problema de comunicação desaguava internamente entre as comissões, principalmente na reitoria. Os canais de comunicações demoraram a serem criados, como grupos de conversa pelo Whatsapp que englobassem a maior parte das pessoas presentes organicamente. Ademais, ocorreram casos de ausência de diálogo entre integrantes de diferentes comissões, a exemplo de divergências entre a comissão de comunicação e a de segurança a respeito do tipo de abordagem à imprensa. Além disso, faltava interlocução entre a comissão de articulação, principalmente devido ao desconhecimento por parte da ocupação como um todo das ações tomadas e as pessoas que definitivamente compunham a comissão de articulação. Essa problemática da comunicação interna reforçou a centralização de informações e a própria centralização das atividades políticas dentro da reitoria.

O elevado número de ocupações da Universidade de Brasília fez com que muito tempo fosse despendido na consolidação interna da Ocupa UnB. O surgimento de novas ocupações requeria que as ocupações já existentes prestassem apoio logístico e político, com o remanejamento de pessoas e suprimentos. Além do mais, as questões internas pesaram bastante a partir do momento em que surgiu a ameaça de reintegração de posse por parte da reitoria e da Justiça, fazendo com que muito tempo de negociação, articulação e discussão fosse consumido para assegurar que a Ocupa UnB se mantivesse de pé. Ademais, muita energia foi desperdiçada para lidar com a afronta da oposição de estudantes e professores contrários à ocupação (chegando a ocorrer episódios de ameaças físicas a ocupantes), o que envolveu a realização de um CEB (Conselho de Entidades de Base – espécie de assembleia de Centros Acadêmicos) para debater a questão das ocupações, de reuniões da ADUnB (Administração da UnB) marcadas por tumultos de professores opositores.

Desse modo, a Ocupa UnB passou por percalços diante do processo de inscrição das chapas concorrentes ao Diretório Central dos Estudantes (DCE). Esse evento eleitoral foi bastante significativo porque fez com que os (as) ocupantes dividissem esforços e energia entre a sustentação da ocupação e a realização dos trâmites burocráticos da inscrição da chapa de esquerda – que envolvia coletar o nome de participantes. Esse processo foi reforçado pela mobilização despendida na realização de um CEB autoconvocado⁶, que buscou e conseguiu prorrogar as eleições para o DCE. Uma vez que o ambiente universitário se encontrava esvaziado pelo fim do semestre e pelo impedimento de ocupações em blocos de salas de aula, fato que dificultaria o comparecimento eleitoral.

Todos esses elementos mencionados causaram dificuldades de mobilização externa, para além dos “muros invisíveis” da UnB. Com o passar do tempo e os desgastes físico e psicológico dos(as) ocupantes,

⁶ É possível convocar um CEB sem iniciativa do DCE mediante o recolhimento de 24 assinaturas de Centros Acadêmicos e o aguardo de 48 horas após protocolado a lista de assinaturas.

submetidos a terem que arcar com faltas nos estágios e reprovações em disciplinas, a Ocupa UnB adentrou numa dinâmica cuja própria existência era um fim em si mesma. O cenário estava marcado por uma necessidade de manter a ocupação que se sobrepunha à utilização da ocupação como um catalisador de mobilização e conscientização políticas para além da comunidade universitária da UnB. Tal necessidade envolveu empecilhos para articulação com movimentos secundaristas e sindicatos fora da universidade. Ademais, a articulação com outras instituições de ensino superior foi estabelecida de fora para dentro: as universidades que se mobilizaram para comparecer em ato em Brasília nos dias das votações do Novo Regime Fiscal na Câmara dos Deputados acionaram a Ocupa UnB para solicitar alojamento.

A comunicação entre a Ocupa UnB e tais universidades foi apressada, tendo em vista a urgência das datas e pela falha comunicacional da ocupação da reitoria que não percebeu tentativas de comunicação feitas há semanas por parte de ocupações outras universidades. A articulação com os secundaristas deixou a desejar visto que as reuniões realizadas com os(as) representantes secundaristas do DF e de outros estados foram infrutíferas, em grande parte devido à inação da Ocupa UnB em estimular o diálogo e a ação contínuos. Ademais, a mobilização para fora da universidade ocorreu por conta de ações esporádicas de algumas ocupações.

Tais elementos formam a análise sobre os empecilhos e as limitações encontradas no movimento Ocupa UnB, cuja atuação se restringiu em grande parte à sustentação da própria ocupação ao invés de servir de catalisadora de uma mobilização política generalizada em resistência à aprovação do Novo Regime Fiscal. Esse dilema se aproxima da análise de Laval (2011) acerca da diferenciação de valores da participação política. Em determinados momentos, os (as) ocupantes assumiram que a Ocupa UnB dotava de um valor em si, ou seja, a existência da ocupação e sua produção de novas relações sociais passaram a possuir uma importância maior do que o seu valor instrumental, isto é, impedir a aprovação do Novo Regime Fiscal e as demais medidas educacionais retrógradas por meio da catalisação de um processo de mobilização generalizada. Ainda assim, a Ocupa UnB logrou conquistas significativas que se aproximam aos efeitos intra-movimentos e aos efeitos extra-movimentos de caráter político e cultural apontados por Albuquerque, Carlos e Dowbor (2016).

Em termos concretos, o movimento de ocupação conquistou⁸ um espaço físico para o Quilombo – Diretório Acadêmico Negro. O Quilombo é um diretório acadêmico negro (que inicialmente consistia numa ocupação do movimento estudantil negro realizada anteriormente à Ocupa UnB) que reivindicou uma sala para o encontro da comunidade negra e que ainda demanda sua incorporação aos quadros institucionais da universidade. O Quilombo serve de espaço de empoderamento e centro de representação negra, para articulação e autogestão da luta negra contra o racismo institucional, pela ampliação das políticas de ação afirmativas, entre outras demandas (QUILOMBO, 2016).

Outra conquista foi a criação do Centro de Convi-

vência de Mulheres (CCM), fruto da Ocupa das Minas, ocupação exclusiva de mulheres, que serviu de espaço feminista autogestionado em resistência aos abusos e violências machistas perpetrados dentro da UnB (por exemplo, o suicídio de uma estudante de Direito em função de um professor assediador do mesmo curso) e aos casos de machismo da Ocupa UnB. O Centro de Convivência de Mulheres é um espaço de acolhimento, fortalecimento, troca de saberes e articulação de mulheres da UnB, que conquistou uma alocação física e sua operacionalidade institucional por meio da luta das mulheres perante a administração da universidade (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES, 2017).

Outra consequência do movimento de ocupações foi a ascensão política da esquerda dentro da UnB, refletida na eleição para o DCE. Como reflexo da eferescência política vivenciada na universidade, setores ligados à esquerda lograram uma maior mobilização e maior respaldo dentro da comunidade acadêmica. Tais elementos que contribuíram para a eleição da chapa Todas as Vozes, uma frente que articulou diversos coletivos e organizações de esquerda, conquistando o Diretório após anos de gestões de direita. Esse processo se referenciou no fato de muitos ocupantes terem composto ou apoiado a chapa no processo eleitoral.

Outro efeito bastante relevante do movimento de ocupação na UnB foi a participação de estudantes autônomos. A construção das ocupações foi fortemente baseada na participação de estudantes que não estavam presentes no dia-a-dia do Movimento Estudantil e que não estavam inseridos em organizações estudantis e/ou partidárias. Esse fato foi um reflexo do aumento da politização do ambiente universitário que, por sua vez, foi resultado do próprio processo de politização vivenciado pela sociedade brasileira numa conjuntura de crise econômica e política.

Nesse sentido, a dinâmica da ocupação possibilitou com que mais pessoas estivessem em contato com a política fora da institucionalidade da ordem. Esse é outro elemento fundamental que a Ocupa UnB colheu do movimento de ocupação. A dinâmica de ocupação possibilitou a formação política de diversas pessoas que outrora não se encaravam como agentes políticos e que passaram a perceber as dinâmicas de poder postas dentro da universidade e na conjuntura política brasileira.

O impacto positivo da conquista de um espaço para o Quilombo representa um efeito extra-movimento de ordem política por ter influenciado uma instituição política da universidade de Brasília bem como consiste num efeito distributivo referente à alocação de espaço, oriundo do valor instrumental da Ocupa UnB enquanto forma e espaço de participação política. A criação do Centro de Convivência de Mulheres é tanto um efeito intra-movimento, visto que se formou da articulação de mulheres que surgiu da experiência da Ocupa das Minas, inserida no contexto da Ocupa UnB; quanto um efeito extra-movimento de ordem política, em função da aquisição da sala e da inserção institucional. A vitória eleitoral da chapa Todas as Vozes significa um efeito extra-movimento de ordem política ao ter galgado um êxito político dentro das instituições representativas da universidade, dentro

8 O verbo "conquistar" implica numa noção de causalidade, isto é, de que a mobilização do Quilombo e da Ocupa UnB causaram a aquisição da sala e incorporação institucional do Quilombo. Ainda que não seja impreciso, é necessário ter em mente uma série de outros fatores que funcionaram como condições para esse sucesso e que o movimento sozinho não gerou a causalidade. Exemplifica isto o fato de ter decorrido na mudança de gestão da reitoria da UnB, saindo de uma gestão mais tecnocrática - sem posicionamento político - para uma de centro-esquerda. Assim, o aprofundamento analítico deste impacto exige uso da noção de "combinações causais", abarcando uma relação de condições e outros fatores para esse sucesso mais do que uma relação de causalidade direta e universal (ALBUQUERQUE, CARLOS e DOWBOR, 2016) - o que seria inclusive difícil dado a grande especificidade da demanda em questão, a institucionalização do Diretório Negro e a aquisição da sala.

da perspectiva ideológica dos(as) ocupantes. Por fim, a participação política de estudantes autônomos(as) e não familiarizados(as) com o movimento estudantil, assim como sua consequente formação política equivale a ganhos de efeito extra-movimento de teor cultural por permitir o incremento na prática política dos(as) participantes do movimento Ocupa UnB.

Além dos efeitos mencionados, merece atenção também outro tipo de resultado de ordem cultural, mais especificamente os conhecimentos sobre organização política produzidos no seio da Ocupa UnB, analisado a seguir.

A criação de uma outra Ciência Política no movimento de ocupações

Desde sua origem em autores estadunidenses, a Ciência Política era vista como uma ciência das instituições políticas estatais para proteger a propriedade privada, direitos individuais e procedimentos formais, temendo os males que a soberania popular traria para tais. Ou seja, começou marcadamente liberal, institucionalista e antidemocrática (BIANCHI, 2011).

No século XX, antes da Segunda Guerra Mundial, cientistas políticos se engajaram nos estudos de controle social de soldados e, criada sua versão behaviorista e institucionalizado o campo, chegou a ser utilizada como propaganda de Estado na legitimação da associação entre a democracia liberal e o republicanismo ao mesmo tempo em que julga a ausência de participação popular uma virtude (FERES JÚNIOR, 2000).

A Ciência Política brasileira, por sua vez, inicia-se com uma primazia explicativa do Estado, tanto em resposta ao incremento da ação do Estado pela "modernização conservadora", quanto numa tentativa de autonomizar a política como um objeto (FORJAZ, 1997) e chega hoje com uma hegemonia do marco teórico neoinstitucionalista sobre o campo (LIMONGI et. al. 2015 apud OLIVEIRA & TAVARES, 2016).

A consequência deste foco estrito na institucionalidade do Estado foi uma lacuna do campo no estudo da política como "fogo de pneu", isto é, de protestos e movimentos sociais, verificada em seus periódicos principais (OLIVEIRA & TAVARES, 2016).

Comparada com a Ciência Política acadêmica, descrita acima, o movimento de ocupações produziu uma Ciência política alternativa, que abordou os meandros da política contestatória ou do "fogo de pneu". A partir de seu conhecimento tácito fundamental à existência cotidiana e à ação das próprias ocupações, sendo atrelado às práticas político-culturais da ocupação, forjou-se um conhecimento sobre política da organização popular.

O conhecimento tácito necessário ao funcionamento da ocupação se inicia logo após o ato de ocupar, em que dividimos o trabalho em comissões de adesão voluntária, já mencionadas. O conhecimento sobre essa divisão do trabalho em comissões vem de experiência passadas tanto de militantes e de outras ocupações, quanto de novas situações enfrentadas pelos(as) ocupantes, conhecimentos entendidos como fundamentais para o funcionamento de uma ocupação. Ainda que houvessem divergências a respeito do

nível pela qual este princípio estava sendo respeitado, entendia-se que as decisões da ocupação deveriam estar subordinadas à Assembleia de cada ocupação e à Assembleia Geral das ocupações, funcionando como um meio de amarrar todas as comissões e como um princípio de soberania popular e democracia direta. Por essa razão, rechaçava-se quando a comissão de articulação negociava coisas com a reitoria que não haviam sido discutidas ou fossem contrárias ao decidido em assembleia. Várias outras divergências acerca de problemas de repasses de informação entre as comissões giraram em torno da necessidade de uma organicidade interna – ou seja, de uma coesão entre toda a ocupação – e de soberania da assembleia para tal. Entretanto, essa divisão do trabalho variava entre ocupações de acordo com seus objetivos frente aos respectivos cursos ou tipo de ocupação. Na sala ocupada pelo Quilombo, como sua reivindicação era distinta, sua divisão do trabalho interno se diferenciava e não era o mesmo número de comissões das outras ocupações.

O movimento de ocupações na UnB tinha dois objetivos principais: a) ser um meio de mobilização eficiente de pressionar o sistema político contra a aprovação da PEC 214/55, em menor grau, contra a Reforma do Ensino Médio e Escola Sem Partido; b) ser um meio eficiente de pressionar por demandas locais a reitoria – como aumento da bolsa da assistência estudantil e a incorporação institucional do Quilombo.

Dentre os vários materiais que as aulas públicas e eventos – que ocorriam para dar apoio à ocupação e manter pessoas nelas – difundiam, dois se destacam por expressar esse tipo de conhecimento sobre política. Um deles era uma zine⁹, intitulada "Como Ocupar um Colégio?" (2015), criada em 2011 durante a luta por educação pública no Chile. Ela foi traduzida pelo coletivo secundarista "Mal-Educado" em 2015 e serviu para "deixar mais fácil o caminho para os companheiros que estão começando sua luta agora", isto é, para secundaristas que estavam na luta contra a "reorganização escolar" em São Paulo. Há nela uma breve análise sobre a relação entre duração de uma ocupação e sua respectiva eficácia e necessidade, apresentando como a ocupação consiste num método de luta para atingir um objetivo, seja lutar contra uma medida governamental, seja reivindicar a favor de alguma política. Apresenta também questões a respeito da divisão do trabalho da ocupação e da necessidade da submissão à democracia direta da assembleia bem como metodologias que aperfeiçoem o funcionamento de ambas e da organicidade da ocupação – a exemplo de uma comissão de informação, responsável por divulgar as decisões das assembleias internamente – logo deste método de luta. As práticas expressadas pela zine não são "uma fórmula secreta nem perfeita para ocupar", mas "princípios básicos" (MAL-EDUCADO, 2015, p.02), e portanto, utilizáveis e adaptáveis aos contextos específicos, o que a permitiu tornar-se relevante para ocupações diversas, do Chile a Brasília.

Outro texto relevante e que se espalhou, sobretudo através de conversas informais, foi o artigo "A Tirania das organizações sem estrutura", resultado de um discurso de Jo Freeman (1970), uma cientista política estadunidense e militante feminista, e depois

⁹ Uma zine é uma revista feita de forma caseira, sob a lógica do "faça-você-mesmo", na qual não são necessários conhecimentos especializados sobre produção de revistas e sobre o conteúdo que se quer falar. É uma prática muito difundida no movimento punk e entre redes anarquistas.

publicado no Berkeley Journal of Sociology em 1973. A partir de sua experiência feminista, a autora critica a opção de, com receio de gerar relações de dominação dentro do movimento, não se criar nenhuma estrutura formal em algumas organizações feministas. Na sua ausência, estruturas informais resultantes de laços de afinidades – relações de amizade – feitas dentro do movimento dominam a organização de tal maneira que se constrói um elitismo pelo qual as decisões passam por esse grupo informal e, em consequência, o funcionamento organizativo passa a depender dos critérios de escolha de amigos(as) e não da eficácia do movimento em alcançar seus objetivos. O movimento fica restrito a uma impotência política e sua organização se torna um fim em si mesma. Ao final, Freeman (1970) prescreve alguns “princípios da estruturação democrática” que contraria relações de dominação ao mesmo tempo em que cria uma organização eficaz. A dimensão teórica de seu texto em torno da organização política e a proposta de “princípios” – não de um manual de aplicação rígida – viabiliza sua adaptabilidade. Esses princípios também sugerem que, partindo da prática no movimento feminista, é um texto ligado à prática e que faz orientações normativas sobre ela.

Em síntese, podemos perceber algumas características comuns ao conhecimento tácito: é um tipo de conhecimento forjado na experiência vivida localmente – no movimento de mulheres no texto de Freeman, nas ocupações de escola da zine e no cotidiano da ocupação da UnB –, um aprendizado construído tacitamente e que é condição para a ação do movimento; trata-se de um conhecimento que, mesmo produzido localmente, é dinâmico (exemplificado na variação de sua aplicação, na referência a “princípios” e na ausência de “fórmula perfeita”) e teórico (ainda que, por exemplo, haja diferentes níveis de abstração entre o artigo de Freeman e a zine, que é um pouco mais operacional, ambas têm teorias sobre eficácia da luta) possibilitando um deslocamento geográfico e uma adaptabilidade temporal. O deslocamento geográfico-temporal e a adaptabilidade do conhecimento sobre organização da ocupação e organização autogestionária dão indícios de que vigora uma espécie de universalização adaptável. Ou seja, problemas e soluções semelhantes acerca da organização política são compartilhados entre as pessoas envolvidas nesses métodos de luta e moldadas às necessidades de diferentes locais e tempos. Ademais, é um conhecimento que está ligado, em essência, à prática concreta e específica sobre a qual dissertam e pretendem orientar.

Juntos, esses aspectos desse tipo de conhecimento sobre política formam uma Ciência Política da organização popular, mais especificamente da organização política autogestionária – na qual as próprias pessoas envolvidas decidem diretamente o caminho da organização. Típica da divisão do trabalho ligada à soberania da assembleia, a Ciência Política da organização popular é feita pelo próprio movimento de ocupação, que analisa a adequação do método de luta (a ocupação) ao fim almejado (a rejeição das duas medidas supracitadas e as reivindicações locais) e que pensa em como aprimorá-lo. É uma ciência política que trata dos meandros, inclusive operacionais do “como fazer” – exemplificada pela zine – da “política do fogo de pneu” a partir da perspectiva de quem a faz.

Tal Ciência Política da organização criada no movimento de ocupação poder ser entendida como uma Ciência Cidadã¹⁰, na conceituação utilizada por Irwin (1995), na qual cidadãos participam ativamente do processo de disseminação e desenvolvimento científico e, assim, tenham sua expertise cidadã levada em conta, isto é, seu conhecimento adquirido na realidade cotidiana. Assim, a característica da ciência usada por cidadãos, de fazer sentido a eles(as) em seu uso cotidiano, particular/local e prático (IRWIN, 1995), está presente, como supracitado, nesta Ciência Política sobre organização popular, cujo caráter tácito e diário gera uma especialização, uma expertise cidadã no assunto.

Esse vínculo à prática adaptada localmente expressa uma ligação entre a análise e a práxis. Encaixa-se na ciência da política, identificada por Gramsci (1891-1937), utilizada por Maquiavel (1469-1527) contra as classes dominantes de sua época. Nela, a análise feita por este tipo de ciência política com vinculação à prática só faz sentido porque busca efetivar na realidade o programa de sua prática política, sendo esta sua própria condição de objetividade. Ela une “o cientista da política” ao “político prático” (GRAMSCI, 1976).

Tal ponto nos remete à forma através da qual a ciência política cidadã é validada e criada. Assim como a forma de organização da ocupação, as relações de produção desse conhecimento tácito são autogestionárias, ou seja, seu conhecimento é criado pelas próprias pessoas envolvidas nele. O conhecimento sobre política era difundido no movimento de ocupações primordialmente de três maneiras: nas diversas assembleias, em conversas informais e em aulas subvertidas ou públicas¹¹ – diferente das aulas tradicionais. Eram três também as formas de validar a ciência política da organização popular: I) nas assembleias, os encaminhamentos aprovados após debate davam a linha do que seria efetivado na realidade com nossa organização; II) a tentativa e erro estavam presentes para validar o que não funcionava. Um exemplo disso se deu quando, após ao primeiro ato em que ocorreram falhas na metodologia de repasse de informação ao conjunto da ocupação feita pelo Grupo de Trabalho Tático (criado para pensar a tática das manifestações que realizaríamos garantindo que a informação não “vaze” ao Estado), criou-se outra metodologia de repasse para o ato seguinte; III) por fim, a conexão do conteúdo das conversas informais ou aulas subvertidas aos aspectos locais. Esta última é exemplificada pelo “compartilhamento de experiência” ou “troca de experiências” que acontecia entre nós e ocupações de outras cidades – em plenárias conjuntas pré-ato, conversas informais e através da rádio que criamos – em que relatávamos os processos e dilemas vivenciados em nossas respectivas ocupações e percebíamos padrões similares aos locais ou aspectos que poderiam nos ajudar localmente¹².

Como as formas de validação deste conhecimento passam pelas relações autogestionárias criadas na ocupação, implicou-se numa epistemologia autogestionária deste conhecimento. Ainda que utilizada sob uma variedade de contextos e com certa maleabilidade – na “universalização adaptável” – foi construída contextualmente por cidadãos(ãs) e, por isso, carac-

10 uso do termo “cidadãos” exprime uma limitação para os propósitos desse trabalho. Embora em todos os exemplos utilizados por Irwin ele esteja se referindo a grupos e pessoas subalternos, a categoria “cidadã” não comporta uma série de clivagens referentes a posições de dominação e subalternidade, características da nossa sociedade marcada por sistemas de opressão. Mais preciso é falar de uma Ciência dos(as) oprimidos(as).

11 Por aulas tradicionais, podemos pensar como tipo ideal aquela em que o(a) professor(a) é o centro do conhecimento e o(a) aluno(a) o receptor(a), sendo realizada nas salas de aula, tratando dos assuntos regulares da ementa e com a existência de avaliações regulares. Já as aulas subvertidas são aquelas que alteravam o padrão normal de sala de aula: incluem assuntos não previstos na ementa para tratar da conjuntura, tentam explicitamente auxiliar de alguma forma a ocupação e a mobilização que estava ocorrendo, costumam ocorrer em formato de roda, fora da sala de aula e tinham relações mais horizontais entre professores(as) e alunos(as).

12 A capacidade de identificar padrões comuns tinha, contudo, seus limites demarcados por posições ideológicas entre os grupos do movimento estudantil. Pessoas de uma mesma organização – uma juventude partidária ou entidade específica – ou mesmo campo – como estudantes independentes e autônomos, “críticos às entidades” –, tendem a compartilhar mais experiências e dar mais credibilidade aos relatos entre si. Apenas nas assembleias tais limites eram rompidos, mas a barreira da credibilidade permanecia ali e a chancela material, de uma prova concreta sobre o que diziam, parecia necessária.

teriza-se como uma epistemologia popular (IRWIN, 1995).

No movimento de ocupação, valorizávamos bastante as relações autogestionárias que estabelecíamos entre nós e julgávamos que a democracia direta ou participativa interna, fruto dessas relações, deveria expandir-se a toda sociedade, inclusive ao funcionamento da universidade. Assim, a crítica interna constava desde a crítica às “estrelinhas do movimento estudantil” – pessoas que se destacavam midiaticamente na ocupação, mas pareciam não valorizar as assembleias e não participar da ocupação cotidianamente – até a crítica ao funcionamento normal da sala de aula, do sistema de notas e da universidade como um todo, imbuída de hierarquia e de um funcionamento que nos impede de decidir sobre nossa educação. Era muito comum ouvir entre os ocupantes que, durante o período da ocupação, tinham outra relação com a universidade: saem da refração e passam a deter um sentimento de pertencimento a ela. Em seu lugar, sugeria-se as aulas subvertidas, assembleias e outros meios de produção de conhecimento alternativos, cujos embriões estariam na ocupação.

Esse processo de produção e validação da Ciência Política da organização popular traz, como identificado por Irwin (1995) entre “objetos da experiência” e “experimentadores”, ou, nos termos das ciências sociais, entre objeto pesquisado e pesquisador(a). Como a descrição desse processo demonstrou, assim como não há uma diferenciação de papéis entre “cientista da política” e “político prático”, inexistente essa duplicidade objetificadora, pois ambos estão unidos de maneira imanente – e esta separação sequer aparece como uma questão.

Esta Ciência Política da organização popular¹³ criada no movimento de ocupações, que orienta a prática aos métodos de luta mais eficazes avtos fins almejados por ela própria localmente adaptada, foi um tipo de efeito de ordem cultural. As práticas político-culturais tácitas do movimento de ocupações expressaram um conhecimento sobre métodos de luta mais eficazes a determinadas demandas que foi criado e, possivelmente, servirá de referência futura às próximas lutas e próximas ocupações. Além de ter sido uma prática concreta que existiu no movimento de ocupações, ela perdura e se expressa em práticas análogas do campo mais amplo dos movimentos.

Considerações Finais

Neste artigo realizamos um breve balanço do mo-

Referências bibliográficas

- ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. (2014), “Repertório de Interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 57,2:325-357.
- ABERS, R.; VON BULLOW, M. (2011), “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”. *Sociologias*, 13, 28:52-84.
- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika (2016), “Movimento sociais e seus efeitos nas políticas públicas: proposições analíticas e metodológicas”. *Ilr*. 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016, Caxambu-MG. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs.
- BIANCHI, Álvaro. (2011), “Political Science contra a democracia”. *Opinião Pública*, 17, 1:76-105.
- DUTRA, Carla. MORENO, Camila “Escola Sem Partido: estratégia golpista para calar a educação”. Carta Capital, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao>> Acessado em: 30/11/2017

vimento de ocupações da UnB de 2016. Com base na epistemologia da experiência vivida da feminista negra Patrícia Hill Collins (1948) e na metodologia de compreensão participativa de Harry Collins (1943), analisamos a valoração da ocupação pelos efeitos que essa gerou – nos termos da tipologia de valores da participação política, ligados à breve revisão de literatura sobre efeitos de movimentos sociais feita por Albuquerque, Carlos e Dowbor (2016).

Assim, foi possível identificar: efeitos intra-movimentos no campo geral de movimentos sociais, no caso da organização de mulheres que lutou pelo CCM e surgiu da Ocupa das Minas; efeitos extra-movimento de ordem política da universidade – a conquista das salas do Quilombo e do CCM, bem como o impacto sobre a vitória eleitoral da chapa Todas as Vozes ao DCE; efeitos de ordem cultural no que tange à formação política de estudantes autônomos(as) e à criação da Ciência Política da organização popular a partir das práticas político-culturais de funcionamento da ocupação. Esta última, mais aprofundada neste artigo, manifestava uma ciência política que analisava os melhores métodos de luta para atender os fins almejados (as demandas federais e locais) e, por isso, não separa o(a) “cientista da política” do(a) “político prático”, papéis que se encontravam conectados de maneira imanente nos(as) ocupantes e estavam, portanto, ligados e adaptados à prática local, concreta, de imediato.

Este artigo, entretanto, possui algumas limitações que servem de incentivo para a complementação da investigação e análise do movimento de Ocupa UnB, em particular, e das ocupações nacionais, no geral. Nós estávamos presentes em apenas uma das dezesseis ocupações da Universidade de Brasília, a da reitoria. Logo, é possível que a experiência vivida por outros prédios ocupados tenha sido distintas da que vivemos. Além disso, devido a limitações e aos nossos cortes identitários, não logramos captar todos os vieses e fenômenos de clivagem de opressão e desigualdade que permutaram e estavam inseridos no processo da Ocupa UnB, havendo espaço fértil para a complementação da análise nesse sentido. Ademais, há lacunas que possibilitam um aprofundamento das condições causais que levaram aos efeitos extra-movimentos de ordem política, agregando outros fatores presentes na conjuntura universitária que facilitaram a conquista de algumas demandas, já que a mobilização sozinha não é capaz de explicá-la por inteiro. Por fim, este artigo pretendeu avançar no debate acerca dos efeitos do movimento de ocupações em 2016.

¹² É possível o estabelecimento de um diálogo com as teorias pós-coloniais. Sob a crítica do sistema mundial colonial/moderno, as contribuições de Walter Dignolo (2003) apontam que tal sistema situou a produção de conhecimento na Europa. Assim, as discussões da pós-colonialidade recolocam a proporção entre locais geográficos (históricas locais) e a produção de conhecimento, dando ênfase a epistemologias não-ocidentais. Dito isso, assim como o diagnóstico do surgimento de uma ciência política popular que se apresenta como uma ciência política alternativa à ordem acadêmica, tais referências auxiliam a traçar um debate acerca de novas ciências e novos conhecimentos, que partem de “outros” sujeitos e suas práticas políticas e cujo aprofundamento é inviabilizado pelos limites desse trabalho.

- CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES – UNB (2017). Nota de Pedido de Apoio. Disponível em < <http://bit.ly/2h1l6p> >. Acessado em: 12/07/2017.
- COLLINS, Patrícia Hill. (2002), *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York, Taylor & Francis e-Library.
- COLLINS, H. M. (1984). "Researching spoonbending: concepts and practice of participatory field work".in: BELL, Colin; ROBERTS, Helen (org.), *Social Researching: Politics, Problems, Practice*. London, Routledge and Kegan Paul.
- OSHIMA, Flávia Yuri.MORRANE, Beatriz "O Legado das ocupações nas escolas". Época, 2017. Disponível em: <http://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/02/o-legado-das-ocupacoes-nas-escolas.html>; Acessado em: 19/07/2017.
- ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/>; Acessado em: 30/07/2017.
- FERES JÚNIOR, João. (2000), "Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar". *Revista de Sociologia e Política*, 15: 97-110.
- FORJAZ, M. C. S. (1997), "A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: Aspectos Institucionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 35.
- FREEMAN, Jo.(1970), A tirania das organizações sem estrutura. Disponível em: < <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm> >. Acesso em: 15/06/2017.
- GRAMSCI, Antonio. (1976), *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IRWIN, A (1995). *Ciência Cidadã: um estudo das pessoas, especialização e desenvolvimento sustentável*. Lisboa:Piaget,2009 ,Instituto Piaget.
- LAVALLE, A.G. (2011), "Participação: valor, utilidade, efeitos e causa", in R., PIRES. (Org.), *Efetividade das instituições participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*, Brasília, IPEA.
- LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & FREITAS, Andrea. (2015), "Da sociologia política ao (neo)institucionalismo: trinta anos que mudaram a ciência política no Brasil", in AVRITZER, Leonardo & MILANI, Carlos (orgs.), *Ciência política no Brasil: história, métodos, conceitos*
- MAL-EDUCADO. *Como Ocupar um Colégio?*. Disponível em: < https://issuu.com/omaleducado/docs/como-ocupar-vers__o-web_fe32bdfbe0b515 > Acessado em: 01/07/2017.
- MARXISMO 21, *Dossiê Escola sem Partido*. Disponível em: < <http://marxismo21.org/escola-sem-partido/> > Acessado em: 07/10/2017.
- MIGNOLO, Walter. (2003), *Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- OLIVEIRA, Ian Caetano & TAVARES, Francisco Mata Machado. (2016), "Omissões e Seletividades da Ciência Política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 19:11-45.
- PASSA PALAVRA *Reforma do ensino médio: uma estratégia empresarial*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/10/109597>>; Acesso em: 09.10.2017
- PASSA PALAVRA. *Sem futuro: reestruturação produtiva na escola*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/11/109963>>; Acesso em 09.10.2017.
- PUTNAM, Robert D. (1994), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- QUILOMBO - DIRETÓRIO ACADÊMICO NEGRO. *Por que ocupamos?*. Disponível em < <http://bit.ly/2f52M8x> > Acesso: 12/07/2017.
- TARROW, Sidney. (2009[1998]), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução de Ana Maria Sallum. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- TILLY, Charles. (1995), *Popular Contention in Great in Britain, 1758-1834*. Cambridge, Harvard University Press
- VAZQUEZ, João Pedro. (2017), "Estado e capital fictício: o Novo Regime Fiscal no Brasil". *CSOnline - Revista Online de Ciências Sociais*, 23.